

Handwritten initials or signature in the top right corner.

GOLDEN
ACTIVES Relatório & Contas 2017

Golden Actives – SGPS, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 500.000 Euro

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

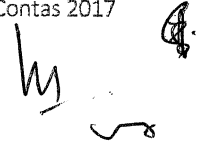
INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

O ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, surpreendendo (pela positiva) muitos gestores e analistas que, no seu início, previam que 2017 seria um ano tumultuoso e difícil. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité, não ignorando as situações de risco, sempre manteve uma visão cautelosamente otimista para a evolução geral dos mercados financeiros. Para o bom desempenho agregado dos mercados no computo do ano contribuíram múltiplos fatores económicos, políticos e financeiros. Relativamente aos fatores económicos, a atividade global registou a melhor performance desde inícios da década com destaque para as economias da Zona Euro, com os principais indicadores de atividade e confiança em níveis que sustentam um ritmo de crescimento muito positivo. A Zona Euro continuou assim a recuperar o atraso (que foi gerado pela crise das dívidas soberanas), no ciclo económico em curso face aos EUA. Em termos políticos, assistiu-se a uma transposição com sucesso de um ciclo eleitoral intenso na Europa e, apesar de todas as controvérsias, a um não desgoverno da administração Trump nos EUA. Já do ponto de vista dos fatores financeiros, os principais bancos centrais mundiais continuaram num processo gradual de redução dos estímulos monetários à escala global, mas conseguindo manter um ténue equilíbrio entre o controle da inflação e a promoção / não penalização do ritmo de crescimento da atividade económica.



Na Europa, dos vários principais atos eleitorais (Holanda, França e Alemanha), emergiram resultados positivos, com o eleitorado (já colhendo os benefícios do incremento da atividade económica, com uma descida do desemprego e recuperação dos salários) a adotar, claramente, uma postura menos crítica relativamente aos partidos do sistema e ao status quo. Note-se que o desemprego apresentou ao longo de todo o ano uma tendência de queda sustentada e fixar-se-ia em dezembro, na Zona Euro, nos 8.8%, o nível mais reduzido desde janeiro de 2009, beneficiando de um crescimento do PIB em termos reais em torno dos 2.5%. Mas, nem tudo foram boas notícias no continente europeu: a economia do Reino Unido, embora não colapsando, continuou assombrada pelos receios em torno do processo de saída da União Europeia pois, apesar de alguns avanços nas negociações, mantém-se uma grande indefinição sobre as condições em que se processará a saída no fim de março de 2019; e na Catalunha, foi vivido um outono muito turbulento devido à pressão política das forças pró-independência, o que afetou negativamente o clima de negócios na região e, conseqüentemente, afetou negativamente a performance da economia espanhola como um todo. Embora esta situação tenha, entretanto, acalmado, a situação está longe de concluída e encerrada e persistem muitas dúvidas sobre qual será a solução para o governo da Generalitat.

Nos Estados Unidos, o primeiro ano da Administração Trump ficou marcado, tal como já referido, por polémicas sucessivas, mas sem beliscar o desempenho da economia, que terminou o ano com um panorama global positivo e com empresários e consumidores a apresentar índices de confiança máximos deste (longo) ciclo económico e com as bolsas a registar máximos históricos sucessivos. O ano terminou com uma grande vitória política para Trump: a aprovação no Congresso e no Senado da muito prometida reforma fiscal (o Tax Cuts and Jobs Act of 2017), que proporcionará, no imediato, a mais importante descida de impostos dos últimos 30 anos.

Por fim, uma nota para a Ásia, onde no Japão a economia interna se mantém entorpecida e pouco vibrante (o consumo permanece incipiente e a inflação continua a ser ilusória), mas logrando acumular o mais longo período de crescimento em cerca de duas décadas, beneficiando de um dinamismo forte da componente exportadora enquanto, na China, realizou-se o 19º congresso do Partido Comunista Chinês, que veio reforçar a ambição das autoridades de Pequim de transformar o país de potencia regional numa verdadeira potencia global, que poderá ombrear com os EUA.

No que diz respeito a política monetária, assistimos a uma gradual continuação da rotação do posicionamento dos principais bancos centrais em direção a taxas de juro mais elevadas e o fim / redução dos programas não convencionais de estímulo monetário (quantitative easing). Neste enquadramento, o comité de política monetária do BCE manteve, ao longo do ano, uma retórica muito complacente com Mário Draghi a defender reiteradamente que os juros se “irão manter nos níveis atuais por um período de

tempo extenso” na zona euro. Entretanto, o programa de compras mensais de ativos de dívida pelo BCE foi estendido até setembro de 2018, embora a um ritmo mensal substancialmente inferior ao de 2017, mas podendo ultrapassar esse horizonte temporal “se necessário”. Já nos EUA, a Reserva Federal reuniu em dezembro e, como era esperado (e pela 3ª vez no ano), anunciou a subida da sua taxa diretora em 25 pontos básicos, para um intervalo entre 1.25% e 1.50%. Já o Banco Central do Japão (BoJ) manteve, ao longo de todo ano de 2017, uma política monetária ultra expansionista e sem limitações (de montantes ou tempo). Contudo, as atas da última reunião do BoJ de dezembro já revelam que alguns membros do comité de política monetária começam a mostrar um maior otimismo para o desempenho futuro da economia nipónica e uma maior disponibilidade para lançar o debate sobre um eventual aumento dos juros ou a redução das compras de ativos em resposta à melhoria do cenário macro (particularmente um eventual fim nas operações de compra de Exchange Traded Funds - ETFs de ações).

Em 2017, a economia portuguesa continuou a colher os benefícios de um enquadramento externo favorável, nomeadamente do atual ciclo de expansão económica experienciado pela generalidade dos países da zona euro, bloco onde se encontram os nossos principais parceiros comerciais. As condições monetárias e financeiras, promovidas pelo Banco Central Europeu, também favoreceram uma expansão pronunciada da atividade económica doméstica que também beneficiou do processo de gradual reposição do poder de compra às famílias, após o forte aperto fiscal de 2014-2015. A economia nacional continua também a registar um forte e crescente excedente na sua balança de serviços, fruto do grande dinamismo do setor do turismo. O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que tudo indica permitirá que o défice orçamental (que ainda não foi divulgado) deva ter atingido um novo valor mínimo em democracia e, com elevada probabilidade, abaixo dos 1.4%, a meta definida com Bruxelas. Em 2017 o PIB português deverá ter avançado 2.6% ultrapassando largamente os 1.8% previstos pelo Banco de Portugal há cerca de um ano, confirmando que a economia nacional se encontra na sua melhor fase de crescimento de cerca de uma década. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 são agora também bem mais ambiciosas do que eram apresentadas há um ano atrás, com os valores a serem agora de 2.3% e 1.9%, contra 1.7% e 1.6% respetivamente, pelo que já durante o presente ano o PIB português deverá regressar ao nível que ostentava em 2008, antes da crise financeira internacional, antecipando o prazo de recuperação em mais de 1 ano. Note-se ainda que as taxas de crescimento projetadas para a economia nacional, nos próximos anos, são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e próximo do da média da área do euro, o que, a materializar-se, significará uma

convergência real per capita (num contexto de redução da nossa população), embora ligeira, da economia portuguesa face à média europeia. Esta recuperação, embora bem-vinda, será insuficiente para compensar a divergência acumulada nos últimos 5 anos.

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)	2017 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto Interno Bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura Interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego ^(b)		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
Taxa de desemprego (em % da população ativa)		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fonte: Banco de Portugal, “Boletim Económico – dezembro de 2017”

Assim, cerca de uma década passada desde início de uma das maiores crises financeiras da história moderna, os níveis de confiança de empresários e consumidores dos principais blocos económicos mundiais avançam agora de forma vigorosa e sincronizada. Assim, globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente muito positivas, com instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar que o crescimento económico real global permanecerá forte, próximo dos 4%/ano em 2018 e 2019. Não podemos, contudo, ignorar as muitas “nuvens” que pairam no horizonte: os riscos geopolíticos (Coreia do Norte, Médio Oriente, etc.); os riscos políticos que persistem na Europa (eleições gerais na Itália já no 1º trimestre do ano e todas as incertezas associadas ao Brexit e à Catalunha) e nos EUA (qual a direção futura da Administração Trump); os elevados níveis de endividamento do sistema de *shadow banking* na China; ou, num aspeto particularmente relevante para Portugal, qual o

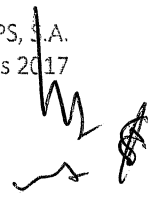
impacto da esperável redução do estímulo monetário, pelo Banco Central Europeu, num contexto de persistência do excessivo endividamento do Estado, das empresas e das famílias.

Mercados Financeiros

Como já foi referido, o ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, contrariando muitas das previsões mais catastrofistas que, no início de 2017, previam que a zona euro viveria tempos difíceis, ao longo do ano, correndo mesmo o risco do desagregamento (na sequência do Brexit) e que nos EUA, a Presidência Trump e a sua retórica anti emigração e anti livre comércio externo, provocaria graves danos na atividade económica e ondas de choque nos mercados. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité de investimentos manteve uma atitude serena e otimista, o que permitiu proporcionar aos nossos investidores rentabilidades interessantes: +3.7% no perfil Moderado (com um peso de referência de 20% em ações), +5.8% no perfil Dinâmico (com um peso de referência de 37.5% em ações) e +8.1% no perfil Agressivo (com um peso de referência de 65% em ações). Note-se que todas estas rentabilidades são já líquidas de todos os custos e comissões, nomeadamente das comissões de gestão. Estes ganhos foram possíveis por mérito das opções de posicionamento adotadas nas diferentes classes de ativos, bem como pela execução de diversos *trades* táticos, que nos permitiram uma otimização da apropriação do desempenho das diversas classes de ativos ao longo do ano.

O ano de 2017 foi marcado por uma extraordinária “ausência” de volatilidade nos mercados financeiros (acionistas, obrigacionistas e cambiais), com os investidores a revelar uma extraordinária resiliência (ou complacência?) a todos os eventos negativos com que foram confrontados ao longo dos meses. Assim, no seu cômputo global, o ano de 2017 acabou por se traduzir num desempenho positivo e quase imperturbável dos mercados acionistas globais.

Contudo, tal como ocorrera em 2016, verificaram-se pronunciadas divergências de performance, quer ao nível geográfico, quer ao nível setorial. Enquanto os índices americanos e emergentes avançaram de forma sistemática e forte com o S&P 500 a acumular mais de 18% de ganhos e sem registar nenhum mês de variação negativa ao longo do ano, os mercados europeus sofreram muito maiores contrariedades e acabaram o ano com ganhos bem mais modestos. Nota ainda para o facto de nos mercados acionistas americanos ter sido registado um número recorde de dias em novos máximos históricos dos principais índices. A pior performance dos mercados acionistas europeus não deve ser dissociada do facto do ano ter sido também caracterizado por uma violenta depreciação do dólar norte-americano (USD), face à generalidade das principais divisas mundiais e particularmente contra o Euro.



O segmento obrigacionista viveu um ano bem mais amargo, particularmente desde o final do verão, com as taxas de juro na zona intermédia e longa das curvas de rendimento europeia e, principalmente, americana a subir,

Performance 2017 dos ETF's		
Obrigações	Euro Treasury	-0.02%
	Euro Corporate	2.20%
	Euro HY	4.81%
	EM Local	0.46%
Ações	MSCI World*	16.85%
	MSCI EM	21.41%
	S&P 500*	19.04%
	EuroStoxx600	10.68%
	MSCI Japan*	18.75%
Commodities	Commodities CRB	-12.39%
Alternativos	Hedge Funds	2.49%

Performance Total Return dos ETFs dos respetivos índices em Euros (* ETF's Euro Hedged)

reagindo às melhores condições económicas, com um crescente número de agentes de mercado a acreditar que o ciclo, de quase três décadas de descida sistemática dos níveis de inflação e das taxas de juro nominais, encontrou finalmente o seu fim. Mesmo com este *repricing* das curvas, as perdas foram, apesar de tudo, limitadas, mas as expectativas para 2018 são claramente desafiantes. Em 2018, o Banco Central Europeu deverá gradualmente dar os primeiros passos em direção à normalização da sua política monetária, reduzindo numa primeira fase e, provavelmente em setembro, pondo termo definitivamente ao seu programa mensal de compras de ativos financeiros (quantitative easing) e a FED deverá continuar a subir gradualmente as taxas diretoras (provavelmente realizando mais 3 subidas de 25 pontos base ao longo do ano). Para além destes fatores, o mercado registou retornos positivos, mas, na reta final do ano, começou a mostrar-se algo receoso sobre a capacidade creditícia de alguns emitentes de pior qualidade, particularmente as entidades que nos últimos anos, usufruindo das taxas de juro extremamente baixas, enveredaram por políticas agressivas de alavancagem do seu balanço (financiando-se para promover planos de recompra de ações próprias e políticas de expansão por aquisições).

Nos Mercados Emergentes, poucas seriam as casas de investimento que acreditariam que esta classe apresentaria retornos tão fortes num contexto de estabilização (em USD) e correção (em Euros) dos preços

das matérias-primas. O ETF de Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo superior a 20%, dando visibilidade ao facto de, nos últimos anos, os mercados acionistas emergentes terem sofrido uma profunda transformação qualitativa, sendo agora muito mais diversificados setorialmente e constando nos seus índices grandes empresas com presença e reconhecimento global.

Para 2018, na componente obrigacionista antecipámos o continuar da tendência para a subida das taxas de juro pelo que continuaremos a privilegiar um posicionamento mais defensivo com a manutenção das apostas em fundos com política de investimento mais dinâmica e adaptável a condições de mercado adversas e promovendo baixos níveis de exposição ao risco de taxa de juro (baixas durations). Na classe de ações, apesar da existência de múltiplos riscos (antecipáveis e imponderáveis), acreditamos que as perspetivas para 2018 são positivas: o crescimento económico global sincronizado a que temos assistido dará suporte à continuidade da tendência dos últimos trimestres de aumentos fortes das vendas e resultados das empresas; continuaremos a assistir a uma normalização das políticas monetárias dos bancos centrais mas, globalmente, a liquidez permanecerá abundante; e deveremos ter um forte impulso positivo do lado da política orçamental e fiscal nos EUA (redução de impostos e investimento em infraestruturas) e na Europa (gradual afastamento das políticas de austeridade). Contudo, já estamos numa fase avançada do movimento de subida dos mercados acionistas, situação que irá certamente trazer desafios adicionais e crescente volatilidade para as bolsas, o que exigirá uma monitorização constante e atenta das carteiras de gestão dos nossos clientes.

ATIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, respetivamente, a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social). Além disso, reforçou a sua participação na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., passando a deter 14,51% do capital social.

A Golden Actives obteve um resultado líquido negativo de - 8.854 €.



ÓRGÃOS SOCIAIS

A Golden Actives tem como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso (2016/2017), a única alteração foi a relativa ao Fiscal Único, tendo sido eleita, em substituição da anterior sociedade, a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2018, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quanto à identidade das empresas participadas, eventualmente aumentando a sua participação na SGF – S.G.F.P., S.A.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo, no montante de - 8.854 € €, para resultados transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

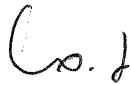
Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 13 de julho de 2018

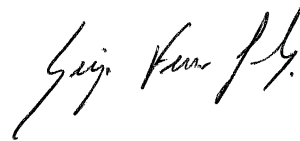


António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal



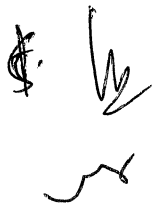
Sérgio Ferreira da Silva
Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2017 que a seguir se discriminam:

Nome do titular	Nº Ações 31/12/2016	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2017	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 70% por António José Nunes da Silva).	10.000 ações	0	0	10.000	10%



Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden Actives mantém-se idêntica à que foi aprovada em 28 de Março de 2013, e já objeto de divulgação nos Relatórios de Gestão relativos aos exercícios de 2012 a 2016. Por esse motivo, procede-se de seguida, para os efeitos previstos para as normas legais aplicáveis, à divulgação da mencionada Política de Remuneração que faz parte integrante, como anexo, do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017.

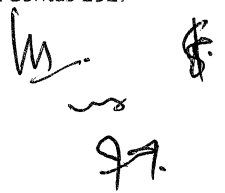
**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO
DA GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no art. 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da **GOLDEN ACTIVES – SGPS, S.A.** (Golden Actives).

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em atenção que os membros desempenham funções nas sociedades participadas, sendo aí remunerados de acordo com as Políticas de Remunerações divulgadas nos respetivos Relatórios de Gestão de 2017. Deste modo, tais administradores não são objeto de qualquer remuneração pelas funções exercidas nesta sociedade.

Os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa, determinada em linha com os critérios e práticas utilizadas nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere.

Porto, 13 de julho de 2018

Handwritten signature and initials in black ink, including a stylized 'M', a wavy line, and the letters 'SA'.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano		Ano anterior (31-12-2016)		Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações					
		1	2					
Activo					Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	5.421		5.421	Outros passivos subordinados	1	160.000	160.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	3	102.500		102.500	Outros passivos	8	2.153	1.981
Aplicações em instituições de crédito	5	340.000		340.000	Total de Passivo		162.153	161.981
Ativos intangíveis	6	7.004	369	0	Capital			
Inv. em filiais, assoc. e empre. conj.	2	450.000		450.000	Capital	10	500.000	500.000
Inv. em filiais excl. da cons., assoc. e empre. conj.	2	261.235		261.235	Outros instrumentos de capital	11	5.000	5.000
Ativos por impostos correntes	8	9.410		9.410	Reservas de reavaliação		0	(11.900)
Outros ativos		113.174		113.174	Outras reservas e resultados transferidos	12	623.441	640.833
					Resultado do exercício		-8.854	(5.493)
Total de Activo		1.281.740		1.290.422	Total de Capital		1.119.587	1.128.441
					Total de Passivo + Capital		1.281.740	1.290.422

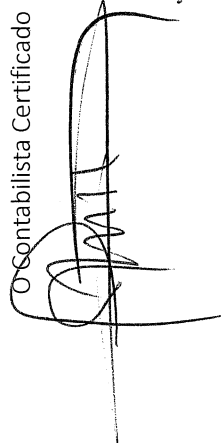
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

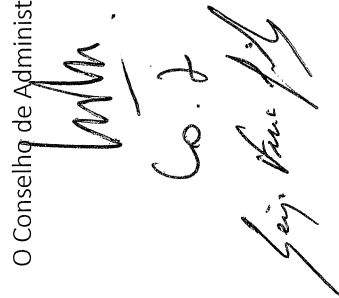
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Juros e rendimentos similares	13	3.040	7.014
Margem financeira		3.040	7.014
Rendimentos de serviços e comissões		(275)	(304)
Outros resultados de exploração		(690)	(761)
Produto bancário		2.076	5.948
Gastos gerais e administrativos	14	(10.560)	(10.698)
Amortizações do exercício	6	(369)	(743)
Resultados antes de impostos		(8.854)	(5.493)
Impostos correntes	7	-	-
Resultado após impostos		(8.854)	(5.493)
Resultado por ação		(0,09)	(0,05)
Básico	16	(0,09)	(0,05)
Diluído	16	(0,09)	(0,05)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

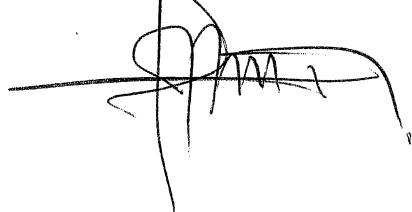


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)

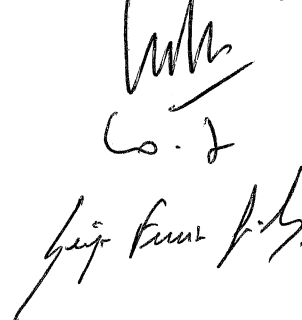
	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Resultado individual	16	(8.854)	(5.493)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		0	0
Rendimento integral do exercício		(8.854)	(5.493)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

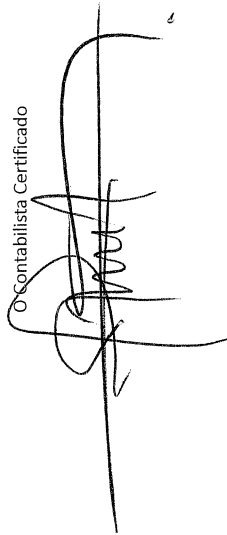


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)

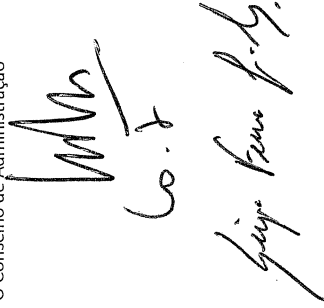
Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2016	500.000	5.000	(11.900)	644.250	(3.417)	1.133.933
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2015:	-	-	-	-	3.417	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(3.417)	(5.493)	(5.493)
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(5.493)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	500.000	5.000	(11.900)	640.833	(5.493)	1.128.441
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	11.900	-11.900	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2016:	-	-	-	-	5.493	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(5.493)	(8.854)	(8.854)
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(8.854)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	500.000	5.000	0	623.441	(8.854)	1.119.587

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

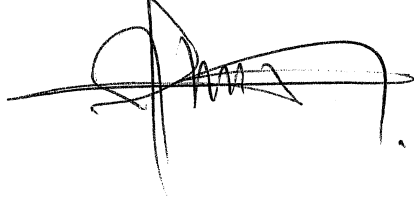


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)


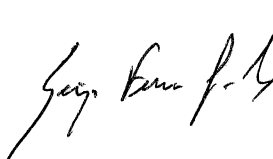
	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Atividades Operacionais:		
Juros e rendimentos recebidos	2.040	1.325
Juros e encargos similares pagos	-	-
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	7.526	(14.832)
Outros recebimentos (e pagamentos) de exploração, líquidos	(11.451)	(12.006)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	(1.884)	(25.513)
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	10.000	257.000
Outros ativos	(261.235)	-
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	(251.235)	257.000
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	-	-
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	-
Fluxo das atividades operacionais (1)	(253.119)	231.487
Atividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de investimentos em outras empresas	-	-
Diminuições (aumentos) de aplicações em instituições de crédito	-	-
Fluxo das atividades de investimento (2)	-	-
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(253.119)	231.487
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	258.540	27.053
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	5.421	258.540

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


 Co. t


ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”) o qual, em 31 de dezembro de 2017 é constituído por aquela entidade e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em abril de 2003, e que tem como atividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”) ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

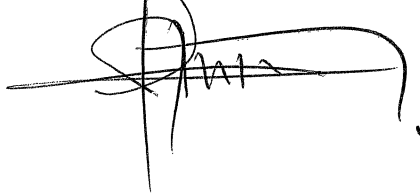
2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

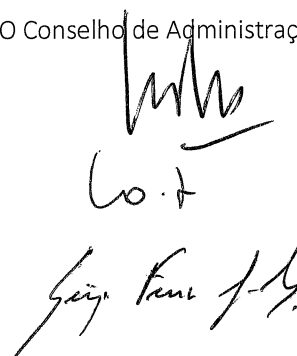
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	<u>5.421</u>	<u>258.540</u>
Caixa e seus equivalentes	5.421	258.540
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	<u>340.000</u>	<u>350.000</u>
Disponibilidades constantes do balanço	<u>345.421</u>	<u>608.540</u>

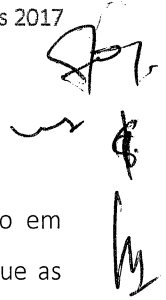
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Investimentos em filiais e associadas

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

Nas demonstrações financeiras da Sociedade, a empresa filial está valorizada ao custo histórico, ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo e refere-se à participação na Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. com uma percentagem de participação de 100%.

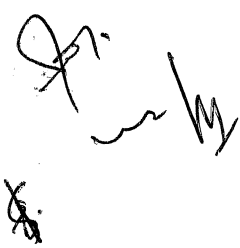
Os dividendos da empresa filial são reconhecidos nos resultados individuais da Sociedade na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui: i) títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito, ii) títulos de rendimento variável disponíveis para venda, e iii) suprimentos e prestações suplementares de capital em ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso os mesmos registados pelo seu custo, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.



Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de uma diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

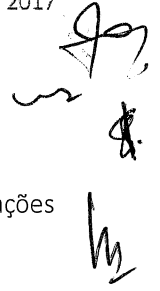
As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de “software”, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de “software” são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Impostos sobre lucros



A Sociedade está sujeita ao regime fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

e) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

f) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

g) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*“non adjusting events”*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. INVESTIMENTOS

Os investimentos em empresas filiais, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital, capitais próprios e resultado líquido a 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

Designação	Valor de balanço	Sede	Percentagem efetiva de capital	Capital Próprio		Resultado líquido	
				2017	2016	2017	2016
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”)	450.000	Porto	100%	787.221	770.808	15.323	(48.829)

A Sociedade domina totalmente a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., pelo que assume, perante terceiros, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais.

Os investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos a 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

Designação	Valor de balanço	Sede	Número de ações	Valor nominal	Percentagem efetiva de capital	Capital Social
SGF, S.G.P.S., S.A.	261.235	Lisboa	52.247	5	14,5131%	360.000

3. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Instrumentos de capital:</u>		
- Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
- Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Instrumentos de capital” refere-se a uma participação de 5% no capital social da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., adquirida pelo montante de 96.250 Euros, bem como a prestações suplementares realizadas naquela sociedade no montante de 6.250 Euros.

Conforme política definida na Nota 1.2. b), este investimento encontra-se registado ao seu custo histórico, não se estimando que o mesmo exceda o seu valor estimado de realização.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Ativo	Capital Próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2017	2.306.260	1.885.309	17.140	3.982.404
2016	2.419.082	1.865.229	6.126	4.337.597

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos desta rubrica referem-se a depósitos à ordem mantidos junto de instituições de crédito nacionais.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	2017	2016
<u>Aplicações em instituições de crédito no país:</u>		
- Depósitos a prazo	340.000	350.000

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica de “Ativos intangíveis” diz integralmente respeito a sistemas de tratamento automático de dados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento nos “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2017				
	Sistemas de tratamento automático de dados				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto	7.004	-	-	-	7.004
Amortizações e perdas por imparidade	(6.635)	(369)	-	-	(7.004)
	(369)	(369)	-	-	0

Rubricas	2016				
	Sistemas de tratamento automático de dados				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto	7.004	-	-	-	7.004
Amortizações e perdas por imparidade	(5.892)	(743)	-	-	(6.635)
	1.112	(743)	-	-	(369)

7. IMPOSTOS

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que a filial da Sociedade regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais como uma conta a pagar à sociedade dominante. Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

8. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Suprimentos concedidos	100.000	100.000
Golden Broker – RETGS	10.733	20.720
Outros	2.441	1.344
	113.174	122.064

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Suprimentos concedidos” diz respeito à Golden Broker (Nota 2), os quais vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de vencimento definido. Adicionalmente, o saldo da rubrica “RETGS” diz respeito a uma conta a receber da Golden Broker relativa ao imposto estimado do exercício de 2017 e 2016 no âmbito do RETGS.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Encargos a pagar	(2.153)	(1.919)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	(63)
	(2.153)	(1.981)

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 refere-se a empréstimos subordinados obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Reserva legal	(32.781)	(32.781)
Resultados transitados	(590.659)	(608.052)
	<u>(623.441)</u>	<u>(640.833)</u>

A legislação vigente, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 22 de maio de 2017 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016 como segue:

Resultados transitados	<u>(8.854)</u>
------------------------	----------------

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

13. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2017, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos” advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e rendimentos similares	(3.040)	(7.014)
Margem Financeira	<u>(3.040)</u>	<u>(7.014)</u>

14. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comunicações	246	268
Publicidade e edição de publicações	160	160
Avenças e honorários	3.000	3.000
Judiciais, contencioso e notariado	483	133
Informática	4.212	5.292
Outros serviços especializados	2.460	1.845
	<u>10.560</u>	<u>10.698</u>

15. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDOS AO FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma remuneração de 1.750 euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

16. RESULTADOS POR AÇÃO

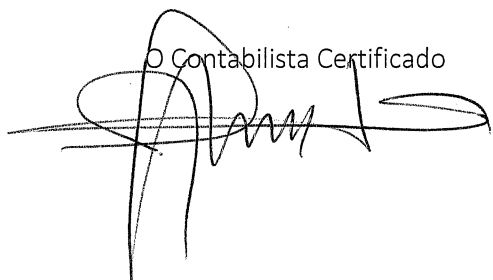
Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado para efeitos de calculo do resultado por ação liquido e diluído	(8.854)	(5.493)
Numero médio ponderado de ações para efeitos de calculo do resultado por ação liquido e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	(0,09)	(0,05)
Diluído	(0,09)	(0,05)


17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de julho de 2018. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração


Co. d
Gig. Rui f. G.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Actives – SGPS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.281.740 euros e um total de capital próprio de 1.119.587 euros, incluindo um resultado líquido negativo 8.854 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Actives – SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Participações financeiras (Notas 1.2.a) e 2 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 as participações financeiras em filiais, cujo valor ascende a 711.235 euros, encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.</p> <p>A valorização das participações financeiras é considerada uma matéria relevante de auditoria, uma vez que alterações causadas por eventos ou circunstâncias que influenciem de forma adversa o desempenho das participadas pode originar a não recuperabilidade do valor contabilístico desses ativos.</p> <p>São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração que possa indiciar que o ativo possa não ser recuperado.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros a apreciação da existência ou não de indícios de imparidades nas participações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

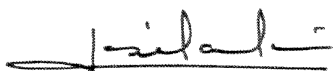
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Actives – SGPS, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 13 de julho de 2018

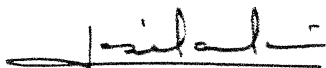


PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Golden Actives – SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Actives – SGPS, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2017, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases,
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2017;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 13 de julho de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.